

O HOMEM DA MULTIDÃO: Manoel José Ferreira de Carvalho e sua contribuição ao estudo e planejamento dos megaeventos

EL HOMBRE DE LA MULTITUD: Manoel José Ferreira y su aporte al estudio y planificación de los megaeventos

THE MAN OF THE CROWD: Manoel José Ferreira de Carvalho and his contribution to the study and planning of mega-events

PAZ, DANIEL J. MELLADO

Doutor, professor adjunto na Faculdade de Arquitetura da UFBA, danielmelladopaz@gmail.com

RESUMO

O arquiteto e professor Manoel José Ferreira de Carvalho, falecido em 2005, liderou de 2000 a 2003 o PEC – Plano de Estruturação Físico-Ambiental do Carnaval de Salvador. Resultado de uma parceria da Prefeitura Municipal de Salvador com a Universidade Federal da Bahia, foi responsável por um inovador estudo da dimensão físico-espacial do Carnaval de Salvador, em várias escalas, gerando insumos para as ações da Prefeitura, e com propostas arquitetônicas e de planejamento urbano para a "cidade efêmera" desse megaevento de rua. Os conceitos e métodos desenvolvidos e empregados tinham fundamento nos estudos de comportamento ambiental, o que se revela somente quando se alinham os raros documentos escritos do PEC com as atividades pedagógicas e extensionistas de seu coordenador. São fundamentais conceitos, alguns muito particulares, como os de grupos de usuários, ritos de apropriação e atos performáticos, assim como o de megaevento de rua e seus tipos. E, aplicados ao caso do Carnaval de Salvador, importantes são os ensaios de identificação e recomendações para os territórios-tipo do evento, as camadas de "envolventes" em torno da linha de desfile e dos distintos fluxos dentro e fora da área urbana tomada pela festa. O ponto de partida, simples e radical, é que o Carnaval é feito de gente.

PALAVRAS-CHAVE: comportamento ambiental; megaevento; Carnaval

RESUMEN

El arquitecto y profesor Manoel José Ferreira de Carvalho, fallecido en 2005, dirigió entre 2000 y 2003 el PEC - Plan de Estructuración Físico-Ambiental del Carnaval de Salvador. Fruto de una colaboración entre la Intendencia de Salvador y la Universidad Federal de Bahia, fue responsable por un estudio pionero de la dimensión físico-espacial del Carnaval de Salvador a diversas escalas, generando insumos para las acciones del Poder Público, con propuestas arquitectónicas y urbanísticas para la "ciudad efimera" de este megaevento de calle. Los conceptos y métodos desarrollados y empleados se basaron en estudios del comportamiento ambiental, hecho que solo se hace evidente cuando los escasos documentos escritos del PEC se alinean con las actividades pedagógicas y de extensión de su coordinador. Son conceptos fundamentales, algunos muy específicos, el de grupos de usuarios, ritos de apropiación y actos performativos, así como el de megaevento de calle y sus tipos. Y, aplicado al caso del Carnaval de Salvador, importantes son los ensayos de identificación y recomendación a los territorios-tipo del evento, los estratos de "envoltorios" alrededor de la línea del desfile y los flujos distintivos dentro y fuera del área urbana ocupada por el festival. El punto de partida, simple y radical, es que el Carnaval está hecho de gente.

PALABRAS-CLAVES: comportamiento ambiental; megaevento; Carnaval

ABSTRACT

Architect and professor Manoel José Ferreira de Carvalho, who passed away in 2005, led the Physical-Environmental Structuring Plan (PEC) for the Carnival of Salvador from 2000 to 2003. The result of a partnership between the Salvador local government and the Federal University of Bahia, it was responsible for a groundbreaking study of the physical-spatial dimensions of Salvador Carnival at various scales, generating input for the City's actions and architectural and urban planning proposals for the "ephemeral city" of this street mega-event. The concepts and methods developed and employed were grounded in studies of environmental behavior, which become apparent only when the PEC's rare written documents are aligned with its coordinator's pedagogical and outreach activities. It's fundamental concepts, some very specific, such as user groups, appropriation rites, and performative acts, as well as the concept of a street mega-event and its types. And, applied to the case of Salvador Carnival, important are the attempts of identification and recommendations for the event's type-territories, the layers of "envelopes" around the parade line, and the distinct flows within and outside the urban area occupied by the festival. The starting point, simple and radical, is that Carnival is made of people.

KEYWORDS: environmental behavior; mega-event; Carnival

Recebido em: 15/10/2025

Aceito em: 17/06/2026



REVISTA

PROJETAR

Projeto e Percepção do Ambiente

v.11, n.3, setembro de 2026

INTRODUÇÃO

Logo após o Carnaval de 2000, a Defesa Civil de Salvador (CODESAL) sugeriu à então Empresa de Turismo de Salvador (EMTURSA) que o evento, cuja gestão é atribuição do município, tivesse algo como um Plano Diretor.¹ Acatada a sugestão, licitou-se a elaboração de um Termo de Referência para um Plano Físico-Ambiental do espaço da festa, que ao final ficou a cargo de Manoel José Ferreira de Carvalho, arquiteto e urbanista, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

O termo de referência estabeleceu o que seriam as linhas de estudo para o Carnaval de 2001, e de proposição para os anos subsequentes, com monitoramento do evento e dos resultados de cada iniciativa. Consolidou-se como um convênio de cooperação técnica entre a Prefeitura de Salvador e a UFBA, através da Pró-Reitoria de Extensão e a Faculdade de Arquitetura, com equipe formada pelo professor, arquitetos da Prefeitura e jovens estudantes do curso de graduação. Nascia ali o Plano de Estudo do Carnaval (PEC), que logo depois mudou de nome para Plano de Estruturação Físico-Ambiental do Carnaval de Salvador, mantendo o acrônimo PEC, que adotaremos doravante. Suas propostas, gerais e específicas, foram implementadas no Carnaval nas suas edições de 2001, 2002 e 2003, ano em que se encerrou a iniciativa. Pouco tempo depois, em 2005, Manoel José veio a falecer.²

O PEC é uma experiência inédita de planejamento, com impactos visíveis na organização do Carnaval, dos maiores megaeventos de rua do Brasil, e que teve de desenvolver procedimentos metodológicos *sui generis* para uma situação que, apesar de tão constante, tem escapado do olhar do arquiteto e do urbanista. O que há como registro acadêmico é escasso.

Em 2008, no evento CorpoCidade, publicado nos seus anais, Ana Carla Côrtes de Lira expôs a aplicação dos métodos do PEC para o caso da Lavagem de Santo Amaro da Purificação (Lira, 2008). Uma apresentação mais sistemática, conquanto breve, está no artigo publicado por Ernesto Galindo e Marcos Thadeu Magalhães, com coautoria de Manoel José *in memoriam*, onde se apresentam alguns conceitos-chave do PEC (Carvalho, Magalhães, Galindo, 2012). Algo relacionado, pontual, e avançando sobre o estudo dos pedestres, fora publicado em 2008 por Mariana França Rios e Marcos Thadeu Magalhães (2008). Uma compilação dos textos de Manoel José relacionados ao Carnaval foi publicada em livro, organizado por Edvard Passos de Santana Neto (2016). Infelizmente, para aproveitar uma efeméride, não houve condições para aprofundar os textos recolhidos, no desenvolvimento das ideias e a natureza de cada um deles, com o devido aparato crítico. O livro reúne essencialmente documentos de três momentos distintos, embora em um curto intervalo de tempo. Primeiro, aqueles que antecedem o PEC, como o projeto Carnaval Cidade Carnaval, ao qual voltaremos. Depois, o Termo de Referência elaborado para o futuro PEC, já no convênio com a Prefeitura, onde se apresentavam suas bases metodológicas, frutos do projeto anterior, agora voltadas para o planejamento em si. E, por último, as peças geradas dentro e durante o próprio PEC, como resultados intermediários. O mesmo Edvard Passos defendeu recentemente tese sobre o tema da teatralidade do Carnaval de Salvador (Santana Neto, 2024).

Todos estes autores foram parte, quando estudantes e recém-formados, da equipe do PEC.

Manoel José foi professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), seu diretor (1995-1998), Pró-Reitor de Extensão (2003-2005), com intensa participação na vida política da Universidade e da sociedade civil organizada desde o tempo da militância estudantil. No entanto, deixou poucos rastros no terreno mais propriamente científico universitário, repleto de congressos e seus anais, periódicos e currículos na Plataforma Lattes. Manoel José não era alguém do ambiente da pesquisa *stricto sensu*, e sim da extensão e da política universitária.³ Era, mais que um político, um construtor de pontes. Parte de seu cotidiano constituía-se de engendrar ideias e apresentá-las aos demais como se fossem óbvias, convencendo-os sem evocar sua autoria. Generoso em reconhecer os débitos com terceiros e seus méritos, muitas vezes se tratava de sua habitual modéstia.

Em 1998, Manoel José, a partir de conversas com Isaías Carvalho, Paulo Miguez e Monica Mcallister, conduziu o projeto Carnaval Cidade Carnaval, focado na compreensão do evento. Seguindo uma sugestão de Isaías Carvalho, partiram da graduação, com alunos das disciplinas Planejamento VII e VIII, realizando primeiro uma etapa de levantamento e investigação, e seguida de proposições. As linhas de investigação foram estabelecidas na forma de oficinas, e incluía um trabalho de campo durante o próprio Carnaval, estudando-o empiricamente. As bases metodológicas do PEC estavam ali formuladas, em especial as categorias de interpretação do evento.

Porém, mesmo com este material adicionado, não encontramos explícita uma elaboração teórica aos moldes acadêmicos para o que foi o PEC, com referências bibliográficas mais amplas, conceituais, históricas ou empíricas. Nem um construto prévio ou, ao menos, exposto às claras. Não era Manoel José alguém de citar autores à larga – embora os conhecesse, e aqui e ali os mencionasse e recomendasse. Ademais, estava

escrevendo sua Tese de Doutorado, e era cioso de seu ineditismo. Por exemplo, a história espacial do Carnaval de Salvador era apenas descrita por alto, sem as fontes documentais: isso seria um capítulo dessa tese, infelizmente, nunca concluída. Por onde quer que se veja, era Manoel José o oposto ao pesquisador que regularmente publica, para marcar seus avanços, expor suas ideias e construir sua carreira acadêmica.

A despeito da envergadura do objeto, em todos os sentidos (espacial, financeiro, humano), há pouca literatura sobre os megaeventos de rua sob o ângulo do ambiente construído. Ainda mais em português, e debruçado sobre os casos brasileiros. Não era, e ainda não é, uma área estruturada conceitualmente, de seu estado de arte, literatura e seus exemplos. Não há teorias prontas que sirvam de alicerce claro.

Entre um assunto que carece de teoria e casos paradigmáticos, e alguém que não expunha em público suas ferramentas – entre uma caça elusiva, e um caçador sorrateiro – há um vazio desconcertante. Fica uma obra como o PEC, importante para uma grande cidade e desconhecida do resto do Brasil, de gênese intelectual enigmática para quem não conviveu com o autor.

Este texto pretende reconhecer ao menos uma parte das descobertas e novidades, dar-lhe o devido destaque e expor a unidade de fundo que havia em sua abordagem, de raro rigor metodológico e axiológico. Se as inovações metodológicas do PEC nem sempre estão claras, elas se revelam ao se cotejar com outros conceitos apresentados por Manoel José Ferreira de Carvalho em situações distintas, como disciplinas e comunicações públicas, e mesmo conversas pessoais, às quais recorreremos.

Pela necessária limitação do tamanho desta exposição, vamos nos limitar ao que talvez seja mais fecundo e diferente, que é o fundamento comportamental do estudo desse megaevento de rua particular, de sua compreensão e das proposições subsequentes.

1. O CARNAVAL É FEITO DE GENTE

Um aspecto preliminar é a compreensão que Manoel José tinha do planejamento urbano como um *pacto territorial*, um acordo entre os atores vigentes sobre sua atuação no espaço, obviamente mediado pelo Poder Público.

Um plano para o Carnaval seria necessariamente um acordo entre forças atuantes no evento. Algumas já ancoradas no solo urbano e outras ligadas à festa em si. A isto se soma um profundo respeito por atores sem tanto poder, como os blocos afro, que deveriam ter presença garantida nesse cabo de guerra complexo onde conviviam com gigantes econômicos como os grandes blocos carnavalescos e, entrando naquele momento, emissoras de televisão (no caso, a Rede Bandeirantes).⁴ Esse pacto incluía os vários setores do Poder Público, com seus próprios valores e maneiras muito particulares de enxergar o evento, que muitas vezes não se comunicavam.⁵

Um planejamento desse tipo seria um pacto territorial temporário para um setor da cidade. Necessário dado o tamanho da área diretamente ocupada, da envergadura do público que comporta e dos recursos alocados, e dos impactos no restante da cidade. Mas junto com essa visão ampliada, mais propriamente política, havia outra, que poderíamos chamar de *proxêmica* – no sentido criado por Edward Hall (2005), de quem falava abertamente com os alunos.

Pois a cidade efêmera do Carnaval é feita de gente. Em vários níveis.

Tornou-se banal hoje falar em “corpos” – talvez um resquício dos modismos intelectuais que no Brasil vigoraram nos anos 1980 e 90, a partir de Maurice Merleau-Ponty e Jacques Lacan. Manoel José, sem recair no que volta e meia é um cacoete de escrita, tratava os seres humanos em sua amplidão como a mola-mestra do estudo e planejamento do evento. Uma menção mais clara à filiação de suas ideias aparece pontualmente em um documento “menor”:

A partir da segunda metade do Século XX cresce o interesse pelo comportamento individual e dos grupos de usuários dos ambientes construídos. Logo, surgem estudos de natureza interdisciplinar, que originam-se na psicologia ambiental, e enfocam a interdependência entre ambiente construído e comportamento dos usuários. (Carvalho, 2001c, s/p).

Esse é o fundamento de muitas das inovações metodológicas, não apenas ao longo do PEC, mas em outras iniciativas suas. Aí estão os vasos comunicantes que coerem suas ideias, e lhe conferem a unidade de fundo.

2. GRUPOS DE USUÁRIOS, RITOS DE APROPRIAÇÃO E ATOS PERFORMÁTICOS

Na UFBA, uma das iniciativas em que esteve envolvido foram as ACC – Atividades Curriculares em Comunidade, um guarda-chuva geral para disciplinas extensionistas de formato mais experimental, abertas para alunos de todos os cursos da Universidade, estimulando o convívio “interdisciplinar”. Nesse bojo, realizou uma proposta muito particular de *leitura ambiental* de espaços públicos, sob o título de “Eventos de rua: o lugar da festa e a relação com a cidade”. Na primeira edição, em 2002 (portanto, paralela ao PEC), foi focada na então Praça Visconde de Cairu.

Em que consistia essa “leitura ambiental”? Na compreensão do “balé da rua”, para tomarmos a expressão feliz de Jane Jacobs.⁶ A base era a presença das pessoas no espaço urbano entendida a partir de sua afinidade de interesses, ditando seu gestual, vestuário, foco, movimento, período e tipo de ação, em ritmo compreendido ao longo do dia e da semana, investigada em imersões a campo. A estes chamou *grupos de usuários*, embora não necessariamente atuassem de maneira coletiva.

Estes usuários se caracterizavam por *ritos de apropriação do espaço*, maneiras particulares de se relacionar com o meio físico e o transformar: de forma permanente ou transitória, e mesmo na brevidade dos próprios corpos em movimento. Como Manoel José apresentou no Salão Nobre da Reitoria da UFBA, no ciclo de palestras *Quem Faz Salvador?*, de 2001.

Imagino que os ritos de apropriação dos espaços seriam um conjunto de movimentos, gestos, procedimentos, atitudes, através dos quais determinados grupos de usuários exercem seus interesses em determinado território, em relação com outros grupos e com outros ambientes. (Carvalho, 2002, p. 20).

Filiava-se, assim, aos estudos englobados na Relação Ambiente-Comportamento (RAC), da interação entre os indivíduos e o ambiente, campo que possui uma pluralidade de métodos e teorias.⁷

Expôs que era possível que indivíduos tivessem *atos performáticos* próprios, parte da cena urbana, do espetáculo cotidiano da cidade: “nós temos inúmeras oportunidades, dentro do cotidiano dessa cidade, de experimentar ações transfiguradoras” (Carvalho, 2002, p.21), por indivíduos com nome e sobrenome – ou melhor, alcunhas – que marcavam a cidade. Lembrou da famosa Mulher de Roxo e de Floripis, que circulavam pela Rua Chile e, perto dali, na esquina da Prefeitura, o guarda Pelé. E, mais recentemente, do artista Jayme Figura, falecido em 2023, que percorria o centro da cidade com seus trajes artísticos, mistos de farrapos e armaduras, e estranhas máscaras a esconder seu rosto. E, nesse reconhecimento, um elogio à Rua, em maiúscula, como espaço público por excelência.

Os ritos de apropriação de grupos de usuários implicavam em configurações sutis dentro do espaço público. Em conversas, explicava que o uso do Campo Grande, em Salvador, se organizava em três capas concêntricas, com usuários de perfis distintos, em momentos diferentes.

Não por acaso esse balé da rua foi apresentado publicamente quase dessa maneira: como uma peça de teatro. E de teatro de rua. Na obrigação formal de ter ao final do semestre um relatório, Manoel José optou por um espelho mais fiel dessa interação humana, que denominara *relatório performático*: uma peça intitulada *A Gente Conta Cairu* (um quase acrônimo com as ACC). Ironicamente, prescindia dos elementos físicos permanentes da própria praça. Reconstituía-se, de maneira esquemática, com uma pauta espacial e um roteiro que tinha seus fios condutores próprios, a própria dança dos seres humanos ao longo de um dia. A praça era evocada pelos seres humanos, como o reverso de uma maquete, que imita somente a matéria mais estabilizada.

O relatório performático não era um acidente. Havia uma concepção teatral da vida urbana que perpassava o olhar de Manoel José, daí as repetidas sugestões quanto a performances e cenários, onde todos e cada um era parte do espetáculo. Achava fascinante o gestual dos vendedores de rua – e distinguia os estacionados dos que perambulavam pela rua, chamando-os respectivamente de *ambulantes* e *perambulantes* –, instando (infelizmente sem sucesso, como dizia) a professores e alunos de Dança em um projeto que envolvesse essa coreografia singular.

É fundamental entender quem entendia ser protagonista. Quando vinha à tona a reivindicação por subsídios estatais às agremiações carnavalescas pelo *direito de arena*, por serem as atrações do evento, argumentava ser o oposto: que aos foliões cabia esse direito. Eram eles a alma da festa.⁸ Além de ser uma compreensão geral, também era uma questão axiológica, que comparecia no estudo e propostas para o Carnaval de Salvador

Assim, a noção de usuários com seus ritos de apropriação, aqui ligados ao espaço, e a de um ambiente formado por pessoas, são o fundamento mesmo da compreensão e planejamento do Carnaval.

3. OS EVENTOS DE RUA E SUA CARACTERIZAÇÃO

Compreender o Carnaval de Salvador implicava em estabelecer metodologicamente do que estava tratando, suas particularidades, e como se desenvolviam no tempo. De entrada, seria um *megaevento de rua*, que Manoel José assinalava serem

[...] as atividades de natureza efêmera cuja realização impõe, invariavelmente, a ruptura da dinâmica urbana cotidiana de um lugar, do entorno, de toda a cidade, quando não da região. Congregam grande público, ocupando ruas, avenidas, praças, parques, praias e espaços abertos da cidade, com impactos na circulação de veículos, acessibilidade às edificações e, de modo geral, no padrão de desempenho dos serviços públicos e de infraestrutura urbana. Ademais, ocorre também o exercício de atividades de natureza distinta das habituais. (Carvalho, 2016b, p.66).

Como o megaevento, modifica-se a dinâmica e a presença humana na área diretamente envolvida, assim como seu entorno, e mesmo a região mais ampla. Algo que então parecia óbvio à equipe do PEC era o uso do espaço público, isto é, ser “de rua”. Isto emerge como uma característica quando temos que no Brasil o tema “megaeventos” veio à tona, e com toda a fúria, em torno de grandes eventos esportivos que ocorreram no Brasil – os Jogos Panamericanos em 2007, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Nestes, a “rua” não era espaço privilegiado.⁹

Como meta-categorias gerais para os tipos de evento (e não necessariamente festas), reconhece duas: os “eventos de concentração” – *shows*, concertos, comícios, manifestações religiosas, feiras, jogos esportivos e “eventos de fluxo” – cortejos, desfiles, corridas, maratonas, passeatas etc. (Carvalho, 2016b, p.66).

Esta distinção se manifesta em uma certa escala. Em outra, como a metropolitana, pode ocorrer o oposto. O evento de fluxo do Carnaval de Salvador, com circuitos estabilizados, opera como um evento “estático”; por outro lado, a pulsação de eventos carnavalescos em Olinda (com concentrações e desfile intermitente de cortejos pequenos) e de Recife (com uma plêiade de concentrações), criou por anos um movimento pendular dos foliões (Omitido para avaliação). E isso está em gérmen no raciocínio de Manoel José. Pois se “o Carnaval de Salvador pode ser considerado como um ‘evento de fluxo’ – cortejo, desfile e de ‘concentração’ *show*, concerto e festa de largo” (Carvalho, 2016b, p.86), por outro, essa grande área ocupada pelo evento acaba polarizando e concentrando o afluxo de foliões de toda a região metropolitana e alhures para esse núcleo festivo, que coincide em alguma medida com o centro tradicional da cidade.

Nos eventos de fluxo, encontramos uma nova distinção, agora entre *cortejo* e *desfile*. O cortejo “pressupõe acompanhar, participar diretamente do séquito, a exemplo das procissões religiosas, passeatas políticas e manifestações de natureza cívica e cultural” (Carvalho, 2016b, p.57), onde os promotores se mesclam com os que queiram participar, que são incentivados a tanto. Ao passo que o desfile “estabelece nitidamente a diferença de papéis entre os que participam e os que assistem, a exemplo das paradas militares e dos desfiles políticos” (Carvalho, 2016b, p.58). O engajamento dos espectadores não é estimulado, e é mesmo reprimido. Se o número de participantes do cortejo é imprevisível no percurso, os desfiles permitem seu rígido controle.

Apesar da distinção entre cortejo e desfile ser clara em seu desenho e implicações, nem sempre é percebida.¹⁰ Essa diferença se manifesta na história espacial do Carnaval de Salvador.

Uma das oficinas do Projeto Cidade Carnaval Cidade voltou-se para esse levantar maneira como historicamente o Carnaval se apropriava da cidade, criando uma outra periodização do evento. Já existia um corpo consistente de obras, apesar de lacunas importantes que vem sendo preenchidas, porém nunca sob esse ângulo. O que temos a seguir é o estudo da *forma do evento*, nessa amálgama indissolúvel entre o suporte físico, dos edifícios e artefatos (em especial os veículos) e sobretudo espaços abertos, e os seres humanos, em suas ações e dispositivos móveis. Ou seja, nos ritos de apropriação. É da cidade concreta, e não do espaço abstrato.¹¹

Ele começa essa história a partir da proibição do Entrudo, tido como bárbaro, e a adoção do mais civilizado Carnaval, então de inspiração em Veneza.

Num primeiro momento, havia o Salão e a Rua (a grafia com maiúsculas é nossa), como formas particulares de espaços privados e públicos. Nos salões de teatros como o São João e o Politeama, e de clubes –

carnavalescos como o Fantoches da Euterpe, esportivos como o Baiano de Tênis, de classe, entre outros – ocorria o baile, forma bem definida de interação.

Na Rua, ocorriam modalidades de desfile diversas. Os clubes carnavalescos desfilavam em *préstitos*, com suas fantasias e carros alegóricos. E variações, como o *corso*, com desfile das pessoas em carros abertos, antes da ida aos salões, e a *prancha*, usando-se os novos bondes, esvaziados dos bancos e com orquestra. Os negros tinham clubes, dos quais os mais famosos eram o Embaixada Africana e o Pândegos da África, que emulavam o formato dos clubes de elite, porém com elementos africanos claros. Havia outras formas de desfile e cortejo dos afrobaianos, com os então chamados *candomblés* (depois renomeados *afoxés*, nos anos 1920), e pequenos grupos, vestidos de saia e torço, que dançavam *sambas* e *batuques* (Vieira Filho, 1997). Os anos 1930 e 40 viam outras modalidades: os *blocos*, os *cordões* e especialmente as *batucadas*. Embora de percurso livre, os desfiles apropriavam-se das áreas as mais diversas, “geralmente territórios que tinham uma relação muito direta com o território dos participantes” (Carvalho, 1999, p.184).

Havia ainda outro formato particular, um evento de concentração: a festa de largo.

Originada nas festas religiosas, representava o desdobramento “profano/popular” do “novenário” que antecedia a comemoração do dia do padroeiro. Quermesses, jogos, barracas de comidas e bebidas, rodas de samba, serviam de pretexto para que as pessoas permanecessem no local, compondo um território específico para cada evento. Essa é uma forma lúdica de ocupar o espaço da rua, da praça ou de qualquer lugar. (Carvalho, 2016b, p.59).

O trio elétrico viria a mudar essa situação.

O termo está ligado a Adolfo Antônio Nascimento “Dodô”, Osmar Álvares Macedo e Temístocles Aragão, que desfilaram como “Trio Elétrico” em 1951 (os dois primeiros tinham saído juntos em 1950). Saíram em um Ford 1929, o famoso Ford Bigode, usando o *pau elétrico* ou *guitarra baiana*, que seguia a mesma lógica da guitarra, com amplificação montada no carro. O trio elétrico passou a designar o som eletrificado e ampliado em um veículo. Eles começaram uma nova forma de apropriar-se do espaço, pois “o trio elétrico não respeita percursos, mistura as pessoas, não admite a rigidez do préstito nem os horários” (Carvalho, 1999, p.185). Subverteram já o *corso* que desfilava em plena Rua Chile. O desfile no *corso* era das famílias abastadas, que exibiam suas fantasias caras e brincavam jogando confete, serpentina e lança-perfume entre si, com a plateia ao longo das ruas, inclusive moradores com suas cadeiras à calçada, e sem a música exercendo algum papel importante. Eis que aparece um carro, onde o som era o fundamental, com a grande novidade da massa de foliões, dos populares, em formação compacta, pulando e seguindo os músicos (Góes, 2000). O desfile tornava-se cortejo. E aparecia o folião, e o *folião pipoca*.

Pois “Música e dança formam um binômio indissociável. As músicas ensinam as danças, as coreografias do momento. Os foliões precisam de espaço livre e contínuo para brincar, dançar e cantar, enfim, para exercer o “espírito do Carnaval”. (Carvalho, 2016c, p.56). Podemos conjecturar algo mais amplo: música, dança e rito coletivo de apropriação do espaço fazem algo unitário. Até o nome *pipoca* para o folião é sintomático de um gestual próprio, de um modo de dançar simples, sem coreografias individuais complexas, meramente pulando, em cadência com a massa compacta. Isto já se marcava a partir de Dodô e Osmar (Góes, 2000).

Manoel José reconhece situações ambíguas e transições. Os blocos e afoxés, com sua fantasia unificando os participantes e a delimitação das cordas, em princípio são claramente desfiles. Contudo, “ao redor desses forma-se um grande cortejo dos que acompanham, fora das cordas, os que desfilam. ‘Desfile’ e ‘cortejo’ acontecem juntos, compondo um novo conceito: desfile/cortejo ou cortejo/desfile” (Carvalho, 2016b, p.58). E o trio elétrico, que propiciou um novo tipo de cortejo, envolto pelas cordas dos blocos, anima o desfile e o transborda, incitando aquele desfile-cortejo.

Com o passar dos anos, o veículo aumentou, assim como a qualidade e potência da amplificação e o rol dos instrumentos empregados. Com isso, modificou-se a relação do artista com o público. Nos anos 1970 se obtém uma reprodução eficiente da voz, aparecendo os “cantores de trio”, e servindo como palco elevado, com amplificação potente, para públicos maiores. Agora os trios servem como palcos temporários e, quando estacionados, permitem o formato do *show/concerto*.

Dessa maneira, se o trio revigora a Rua diante de um Salão em decadência, ele também instala o espaço da Praça ou Largo. O Carnaval seria a maior festa de largo da cidade nos anos 1970 e 80, e tal forma de apropriação “passa a ser reproduzida em outros espaços da festa, constituindo-se, hoje, numa tendência natural de toda a festa” (Carvalho, 2016b, p.59). O importante é existir essas áreas mais estáticas, de aglutinação do folião.¹² Mas a dissolução do Salão se dá com sua reconfiguração dentro do espaço da Rua:

“o salão vai para a avenida, os bailes deixam de existir e aquela parcela de burguesia e de elites socioeconômicas que viviam nos salões passam a ocupar as ruas” (Carvalho, 1999, p.185).

Os desfiles foram se concentrando em linhas mais claras, ao longo da Av. Sete de Setembro – no cotidiano, “Avenida Sete”, sempre chamada de “Avenida” quando se trata de Carnaval. Os trios se aprisionaram nesse percurso e seus foliões se separaram pelas cordas dos blocos, com o associado das entidades carnavalescas dentro, e o folião pipoca, fora. Enquanto os artistas – bandas, cantores e dançarinos – ganharam protagonismo, ultrapassando os limites da agremiação carnavalesca. Com raras exceções, se tornam o mote do folião, que os acompanham dentro e fora das cordas. É o *Carnaval das atrações*. Esta seria a quarta grande etapa do Carnaval, vigente na época do PEC.

O contraste com as formas passadas ajudou Manoel José a definir o que seria a “forma hegemônica” do Carnaval de então: o *circuito*. O circuito tradicional do Campo Grande à Praça Castro Alves, pela Av. Sete de Setembro, e sua expansão para o da Barra a Ondina, e um mais recente, que vai da Praça Castro Alves ao Pelourinho, mais os cortejos que ali circulam mais anarquicamente, formam o *Carnaval do Centro*.

A essência do circuito é o *controle*. O que era compatível com as demandas do mercado – do turismo, da festa, do consumo. Era claro que esse Carnaval se desenhara como um produto desse mercado, em uma parceria entre Poder Público e iniciativa privada, e que tinha, junto com “controle” e “planejamento”, palavras-chave como “organização”, “investimentos” e “negócios” (Carvalho, 1999).

Manoel José enumera em mais de um momento, com ligeiras alterações, os atributos centrais (Carvalho, 1999; 2016b). Primeiro, que é um percurso controlado: quanto ao trajeto e as agremiações, em termos de locais de entrada e sua ordem de sucessão, com um início e um fim, além das características dos veículos das entidades carnavalescas. O que leva ao segundo atributo: que é um fluxo contínuo, com controle do tempo.

O circuito cria uma demanda e comercialização dos seus espaços lindeiros: tanto pelos agentes privados, como pelo Poder Público, com pontos de venda, serviços e publicidade. O que exigiu ordenamento. A área mais ampla é também ordenada, com controle do acesso de veículos, e mesmo pedestre, nas vias públicas, e instalação de postos de atendimento e serviços nesse entorno da linha do desfile, assim como a proteção de certas instalações preexistentes, como edifícios e monumentos.

Também a ideia do controle se repetiu em outras escalas, como nos blocos de corda, com o poder crescente das atrações musicais e do seu formato empresarial, com uma

[...] progressiva mudança na permeabilidade da corda do bloco. À medida que uma hierarquia relacional entre a atração musical do bloco, o valor da vestimenta que permite o acesso ao interior da corda e a estrutura social da cidade foi consolidada, a permeabilidade da corda durante o percurso do carnaval foi diminuindo. Se antes era possível com algum jeitinho pedir a um cordeiro para passar de um lado ao outro da Avenida Sete de Setembro por dentro de um bloco, hoje isto é praticamente impossível: primeiro o número de cordeiros foi elevado de uma maneira tal para que não houvesse mais qualquer trecho de corda livre de seguranças. Ao lado disso, controladores de cordeiros, e num período posterior, controladores dos controladores de cordeiros, equipados com sistemas de rádio, passaram a executar uma rígida observação de cumprimento da tarefa dos cordeiros. Por fim, uma pequena corda foi instalada à frente do trio elétrico, separando-o até mesmo dentro do bloco. (CAMPOS, 2010, p.7)

O circuito é o estruturador da forma do Carnaval do Centro. Esse é o ponto de partida da compreensão do evento. Manoel José deixa claro sua preferência pelo cortejo, que é também uma visão política da cultura. Mas é o desfile como forma vigente que permitiu seu controle e planejamento, dentro da perspectiva do Poder Público, e exigiu a própria existência do PEC em dado momento.

4. OS TERRITÓRIOS-TIPO

Antes de mais nada, cabe entender o que havia com o uso e ocupação do solo no período do evento, quando as ruas ficam interditadas e dedicam-se aos trios elétricos, charangas e outras atrações móveis, junto com o fluxo dos foliões. Manoel José sublinhava o que ocorria como uma *inversão figura-fundo*, onde os edifícios “fixos” tornavam-se fundo, e as ruas, com suas atrações e foliões, tornavam-se a figura frontal.

Podemos pensar que o pedestre, que usualmente volta-se para os prédios, agora na condição de folião dirige sua atenção ao miolo da rua. Ou ainda algo ligeiramente diferente: com a saída dos automóveis no leito carroçável, a calçada deixa de ser lugar do pedestre, e torna-se também de comércio e serviços, e o pedestre

ocupa a rua, disputando espaço com as atrações em desfile. Os imóveis mudam sua situação: alguns fecham-se; outros, operam de modo precário, continuando seu uso em estado quase letárgico, convivendo a duras penas com o evento. Mas muitos reconfiguram-se, com um comércio voltado ao evento, com seu perfil de produto, e mesmo alojamento do folião vindo de fora: em camarotes mais estruturados, com sublocações de apartamentos e afluxo de parentes e amigos. Ademais da existência de novas estruturas temporárias montadas, algumas de maior porte, outras, pulverizadas e fugazes, como as dos vendedores ambulantes.

Nessa situação não se pode mais usar as construções fixas, permanentes, como metonímia das atividades que abrigam no cotidiano. Um imóvel com lojas não caracteriza mais a atividade de comércio e serviços cotidiana; outro uso se apoderou do edifício e mesmo das áreas livres.

O que Manoel José propunha era a identificação dos *territórios-tipo*. Entendia “território” como posse e uso do espaço por um determinado grupo de usuários. Ora, dessa maneira, tratava-se de reconhecer em uma escala maior os usos predominantes e os usuários, movidos pelo mesmo propósito, como isto podia ser elencado em lugares de natureza similar, inclusive tridimensionalmente, repetindo-se ao longo do evento. Os territórios-tipo “assemelham-se pela atividade predominante desempenhada, mas como acontecem em lugares distintos, diferenciam-se pela morfologia urbana, que é diferente em cada trecho da cidade” (Estudo 09..., 2000).

Se costumamos usar o termo “território” sob outra conotação, especialmente outra escala, mais próxima da geográfica, no caso de Manoel José tudo aponta para uma inspiração na obra de Hall (2005), em que compreende o território a partir da abordagem etológica, a proxêmica. A constituição do território, nesse âmbito, inclui a comunicação dessa posse aos demais. No caso dos animais, uma comunicação intra-espécie, que inclui marcadores visuais e olfativos. No dos seres humanos, de modo aberto, criativo e variável histórica e culturalmente, por meio de elementos fixos (a arquitetura), móveis e o próprio corpo.

O estudo do evento com a diferenciação dos ambientes, tão sutis e voláteis em seus elementos observáveis, a partir da ação humana guarda paralelismo com Hall, assim como com o *espaço pessoal* de Robert Sommer (1969). E poderíamos ainda observar a similaridade com o *ambiente de comportamento* (*behavior setting*) de Roger Barker (1968).¹³ Ele estabelece que existe uma *unidade ecológica*, uma correspondência entre as ações e os objetos – a que chama *sinomorfia*. Para este fenômeno “molar”, para usar um termo barkeriano, os limites precisam ser estáveis e possuir um certo “exoesqueleto” físico. Isso não ocorre num festejo desse tipo. As bordas de cada “espaço”, além de tênues, são ambíguas. Não falamos de recintos estanques, mas de atividades que oscilam momento a momento. Existem aspectos que precisam ser ajustados metodologicamente.

Primeiro, que parte significativa do ambiente é feita por outras pessoas – os foliões, que constituem o atrativo para as paixões de Carnaval e, em excesso, no apinhamento; como nos serviços dos vendedores ambulantes; e, principalmente, das atrações artísticas. Depois, que o elemento intangível de uma situação em que prevalecem *tecnologias ambientais não-confinadas* (Paz, 2014); em especial, o som mecânico, ampliando os instrumentos e a voz humana, mas podemos lembrar da iluminação reforçada, à noite.

Ainda, que a vontade do folião lhe torna mais tolerante a vários desconfortos, seja pela expectativa de participar da festa, seja no cansaço ao final de sua jornada, o que o faz brindar de outro sentido e função os elementos mais banais: um meio-fio se torna assento em um piscar de olhos.

E, por último, o que é frequentemente eclipsado nas descrições da festa, os efeitos dos estupefacientes presentes, em especial a bebida alcóolica: em um outro piscar de olhos, um canto apenas um pouco mais escuro vira mictório... Isso tudo torna o comportamento humano determinante na constituição dos territórios-tipo, e que seja este o foco do olhar do pesquisador.

Manoel José partia dessa premissa de que o espaço do evento é fundamentalmente dado por pessoas, pelo seu comportamento no espaço.¹⁴ Diferem as ações, e o modo de agir e reagir aos elementos do ambiente – materiais e imateriais, fixos e móveis –, daquele que está ansioso em chegar ao evento, do eufórico durante a efusão do mesmo, e daquele que, exausto, está apenas pensando em retornar à casa. Assim como as demandas dos distintos grupos de usuário: o folião, o vendedor ambulante, o policial em ronda, o artista no palco. A premissa estava no *comportamento ambiental*, termo que abertamente empregava, inclusive como tópico específico do PEC. Podemos inverter os termos e falar nesse caso de um *ambiente comportamental*, onde o ambiente ditado pelas ações dos seres humanos, por meio de seus próprios corpos e objetos mais imediatos, dada a importância desproporcional deles nessa unidade ecológica.

Após o trabalho de campo do Carnaval de 2001, identificaram o que seriam 19 territórios-tipo, após uma série de ensaios. Os parâmetros foram:

- a intencionalidade, o propósito e a expectativa de desempenho quanto ao território estabelecido;
- os ritos de apropriação e uso do espaço definido para o território;
- o período de vigência do território durante o “Dia Padrão do Carnaval”, considerando também o tempo de montagem e desmontagem;
- os principais protagonistas do território, destacando as motivações, os interesses, o gestual característico, relação entre grupos, e destes com o ambiente. (Estudo VI..., 2001, p.8).¹⁵

Se por um lado, o evento parecia ser multitudinário, e assumia-se essa “riqueza de arranjos espaciais” (Estudo VI..., 2001, p.9), por outro, partia-se do pressuposto que tais arranjos podiam ser tipificados. Dividido pelos circuitos, dada a diferença da conformação física, depois elencados a partir da lógica do desfile das atrações e dos foliões, mais a área de chegada, o perímetro geral mais difuso, comum a todos. Fascinante foi a escolha para ilustrar esses territórios-tipo no relatório: por vinhetas, com descrições sucintas, e desenhos, que concentravam e marcavam, pela hipertrofia da caricatura, a variedade de situações que uma fotografia apenas dificilmente poderia capturar.

As vinhetas descrevem as características físicas e comportamentais de cada território-tipo. Como o intenso movimento e a espera dos foliões e associados dos blocos no momento da concentração, ou a relação dos foliões nos camarotes – muitos, celebridades e personalidades – que interagem com os artistas no topo dos trios, sendo ambos focos de interesse da mídia. Se na chegada do evento os percursos são escolhidos pela sua iluminação e segurança, e a indumentária dos transeuntes identifica os foliões, ao passo que a crescente presença de vendedores ambulantes aponta a proximidade da festa, no pós-desfile, os terminais de ônibus ficam repletos de foliões cansados e sonolentos, enquanto os estacionamento, em terrenos diversos, mal-iluminados frequentemente, ostentam altos índices de furtos e roubos.

Figura 1: Exemplos das vinhetas. As ilustrações são de Rafael Cordeiro do Nascimento.



Fonte: Estudo VI..., 2001.

Em fevereiro de 2001 realizou-se uma Oficina de Comportamento Ambiental nas dependências do edifício da Pró-Reitoria de Extensão. Tratava-se de uma simulação, estruturada à maneira de uma encenação teatral, do próprio evento de rua, com uma equipe artística interpretando as atrações das festas de largo.

Destacamos alguns aspectos da Oficina. Primeiro, a divulgação da atividade junto a grupos culturais e artísticos, para participarem, procurando, entre outras coisas, atender também à diversidade da festa. O texto cênico criado buscava simular as diversas situações, ambientes de comportamento, próprios do evento. Contava com um cenário com palco, barraca, sanitários químicos e piso modulado, assim como uma discotecagem com músicas carnavalescas, e mesmo figurinos e impressos, como de camisas, para melhor evocar o ambiente. Essa performance, devidamente fotografada, filmada e com seus depoimentos, serviu de insumo para o trabalho de campo, a Leitura Físico-Ambiental como se chamava, do Carnaval que ocorreu dias depois (Carvalho, 2001c).

Vemos outro entrelaçamento do evento com o teatro, e deste como repertório técnico para realizar “laboratórios” da tessitura fugaz e complexa do Carnaval. Se as peças gráficas do arquiteto são a prefiguração de um edifício vindouro, visando antever sua performance, para entender um evento de rua caberiam outros recursos. Nessa oficina, por exemplo, testou-se a capacidade máxima em termos de densidade humana por metro quadrado, chegando ao número, assombroso em si, de 12 indivíduos.¹⁶

E aqui voltamos às atividades de Ensino e Extensão onde ensaiava esse método para a interpretação do cotidiano dos espaços públicos da cidade. Pois a caracterização dos territórios-tipo se daria a partir da

[...] natureza do uso; usuários básicos; ciclo de funcionamento durante o evento; relação com a morfologia e dinâmica cotidiana do lugar; impacto ambiental; relação com outros territórios da festa, com o entorno e com os fluxos de circulação; imagem ambiental mais adequada; fatores de risco. (Carvalho, 2016b, p.102).

Quanto aos territórios-tipo, comparemos com a Histologia, onde os diferentes tipos de tecido são elencados e estudados em si, sem necessariamente estarem articulados entre si, com a disposição e forma de um corpo humano. Essa tipificação da leitura ambiental do evento, em um conjunto limitado, permite a organização das ações do Poder Público: se vai haver policiamento, iluminação pública, fiscalização, etc.

A questão seguinte é como tais tecidos se articulam na totalidade de um organismo, seguindo nossa metáfora.

5. A LINHA DO DESFILE E AS ENVOLVENTES/ ÁREAS DE DENSIDADE

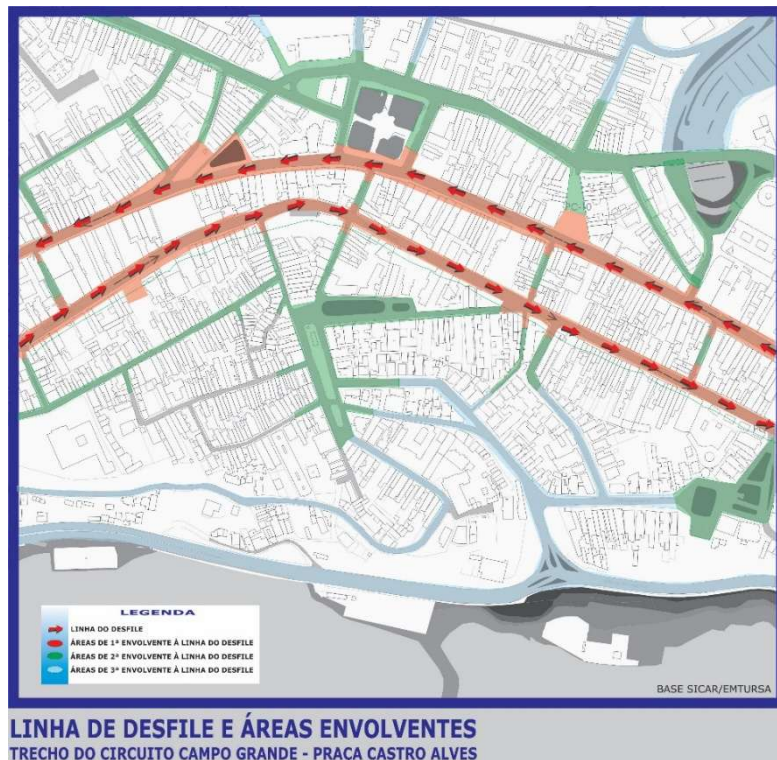
Dado o circuito como formato de apropriação do espaço, *linha do desfile* é o eixo, a coluna vertebral do que identificou como três camadas sucessivas distintas em termos dos ritos de apropriação, do comportamento ambiental: as *envolventes*.

A primeira envolvente era composta por todo o espaço que ladeia imediatamente a linha do desfile – ruas, calçadas, canteiros, praças, encostas, etc. –, de onde se pode assistir e participar ao desfile/ cortejo. Considerava também a interface dos espaços privados, como as galerias dos prédios e as janelas.

A segunda envolvente definia-se pelas áreas adjacentes de onde não se podia mais assistir ao evento, “onde as pessoas estão para circular, paquerar, beber, comer, descansar” (Carvalho, 1999, p.187). Entendia como área fundamental, pois exibia as mesmas características das tradicionais festas de largo, operando de modo complementar ao evento de fluxo adjacente. Ou, como diria em outro momento: “É a festa de largo dentro do Carnaval. Daí não é possível ver o desfile. Nesses espaços, porém, os foliões sentem-se também participando da festa” (Carvalho, 2016a, p.42). Não é algo menor. Manoel José não apenas reconhece essa dinâmica, que formava “festas de largo” ao longo do evento, como acredita ser essencial sua preservação, pela sua riqueza ambiental, complemento e contraponto necessário ao formato do circuito. Por isso, uma das propostas do PEC foi o de *praças de convivência*, com barracas-restaurante de maior porte e infraestrutura, servindo comidas típicas e regionais, além de barracas e pontos de venda menores, junto com um posto de Serviço de Atendimento ao Folião (SAF)¹⁷, além de sanitários, terminal de acesso à internet e apresentação de pequenas atrações, além de telão com imagens ao vivo de outros locais do Carnaval da cidade e mensagens de interesse do folião. Funcionaria desde o pré-desfile até o pós-desfile, e mesmo arriscando novos horários. A proposta foi em parte realizada, e algo disso permanece até hoje.

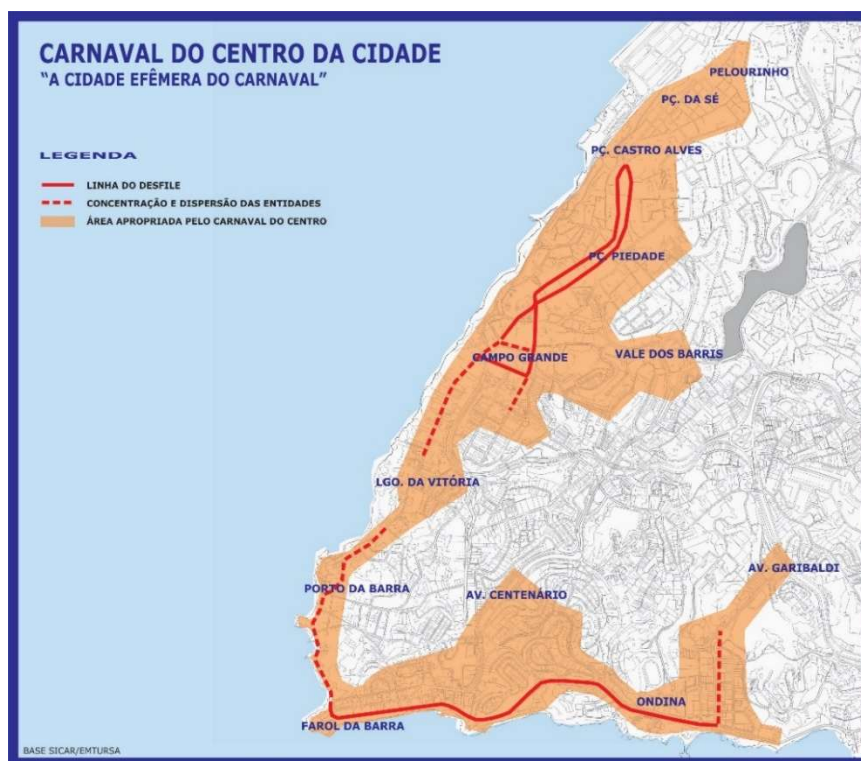
A terceira envolvente é a transição do evento com a cidade do Salvador, definida principalmente pelos acessos e meios de transporte do folião (estacionamentos, terminais de ônibus, táxis, etc.), e onde estão uma série de serviços de atendimento à festa. Nela se estabelece o *território-limite da festa*, também denominado *mancha contínua*.¹⁸

Figura 2: Exemplo de um dos trechos dos circuitos – no caso, o Campo Grande/ Praça Castro Alves, oficialmente Circuito Osmar, com a marcação das envoltentes.



Fonte: Carvalho, 2000.

Figura 3: Mancha contínua do Carnaval do centro da cidade do Salvador. Há outros focos do evento, em outros pontos da extensão da cidade, porém este é a área tradicional, com uma transformação dada pela apropriação do espaço que conecta os circuitos e se apodera de uma parte expressiva da cidade.



Fonte: Carvalho, 2000.

Havia uma diferenciação de atividades no solo do espaço público, de modo extremamente volátil – veículos como trios elétricos, o comércio em tendas e mesmo caixas de poliestireno expandido, e a miríade de corpos humanos – que não era determinada pelas paredes dos prédios. Ou seja, um “zoneamento” do evento. Porque o uso do solo era dado de tal maneira: o lazer por um carro equipado com aparelhagem de som, o comércio por um carro de bebê reciclado, o serviço por uma plataforma elevada com policiais, e assim por diante.

Esta leitura ambiental foi resultado dos primeiros trabalhos, e serviu como hipótese preliminar do PEC, depois aprimorada. O estudo do evento a partir desse diáfano tecido dos corpos e ações humanos já era algo trabalhado no Projeto Cidade Carnaval Cidade. Apontava-se que o evento já tinha indicadores oficiais do seu desempenho: fluxo de turistas, número de leitos ocupados, tempo de divulgação na televisão, etc. Todos relacionados à provisão de serviços e à performance pública e privada em termos de negócios. Faltavam outros indicadores de performance físico-espacial.

[...] estamos investigando que as configurações específicas das áreas interferem na qualidade do desempenho do Carnaval – a densidade, o limite de saturação, a fluidez, a circulação de pessoas, a sensibilidade, a segurança, as condições ambientais – e vemos que [...] o desafio é montar uma metodologia que possa construir esses indicadores. (Carvalho, 1999, p.192).

Uma das funções explícitas da Oficina de Comportamento Ambiental foi esse, em uma vez obtidos tais indicadores, o passo seguinte seria encontrar correlações, como os de índices de violência, desconforto, maior ou menor fluidez, etc.

A solução inovadora estava na adoção da *densidade* humana, novamente um aspecto profundamente humano, como o indicador fundamental para esses ambientes de comportamento. Ela apontava, de modo sensível, o comportamento que caracteriza aquele ambiente, permitindo a tipificação das medidas a serem tomadas.

Essa aglomeração humana é um dado físico e sensorial importante para essa situação. Nos estudos da Relação Ambiente-Comportamento, essa situação é estudada sob termos como *over-manning* e *crowding*. Dentro do âmbito do PEC, as altas densidades foram reconhecidas como um problema: “as elevadas densidades de alguns lugares extrapolam o limite suportável pelos foliões, acarretando o desconforto, provocando danos físicos e propiciando condições favoráveis à ocorrência de episódios de violência e a prática de delitos na área” (Carvalho, 2016c, p.135). Este seria o caso do Largo do Relógio de São Pedro e da Rua N em Ondina, locais de grande concentração, e que mereciam um projeto ambiental próprio para mitigar essa situação.

A densidade máxima de cada uma das zonas em torno do desfile permitia identificá-las e, a partir de seus traços, pautar as recomendações quanto ao acesso de veículos, uso de vias públicas para estacionamento, tratamento ambiental geral e locação de comércio, quanto de bases físicas e serviços.

O conjunto transformado pelo Carnaval do Centro já era chamado de “mancha contínua”. Talvez pelo uso das cores na marcação dessas áreas nos mapas, e tomando o termo usado para o conjunto geral, as envolventes foram rebatizadas como *manchas* também, de cores seguiam um escalonamento de “temperatura”, relacionado à sua centralidade e, eis a novidade, na densidade humana. Graficamente autoexplicativa, a adoção dos termos, em exposições faladas ou mesmo limitada à escrita, perde sua clareza. Apesar desse zoneamento – detectado como realidade comportamental do evento e a sugestão subsequente de medidas dos organizadores – ter uma denominação mais técnica, a equipe do PEC costumava usar a palavra “manchas”.

A primeira envolvente foi chamada de *área de grande densidade* ou *mancha vermelha*, onde se encontraram densidades de até 10 pessoas/ m², sendo o indicador adotado o de 6 pessoas/ m². A caracterização estabelecida pauta-se por aspectos comportamentais, dos seres humanos e seus veículos:

Áreas de grande densidade/mancha vermelha

Motivação: assistir, participar, acompanhar o desfile/atração. Deslocar-se dentro da área do Carnaval;

Densidade referência: 6 pessoas/m²;

Mobilidade: muito restrita;

Foco da atenção: desfile/atração;

Gestual predominante: em pé, movimentos ritmados, tendência à sincronia;
 Campo visual: restrito até 2 m de altura;
 Acesso de veículos: trio e carros de apoio, emergência (eventuais);
 Estacionamento em vias públicas: em pontos definidos, trios e carros de apoio;
 (Carvalho, 2016c, p.127).

E de tais qualidades emanam as medidas sugeridas, como liberar esse espaço de construções, deixando apenas as imprescindíveis e otimizando-as, compartilhando-as com vários órgãos públicos. Ou ainda desobstruir acessos e limitar o comércio apenas àqueles que não ocupam o espaço público. As envolventes, em especial a primeira e a segunda, em sua definição inicial estavam dadas pelo campo visual: daí que os imóveis adjacentes, usados como plateia, faziam parte da primeira envolvente. Quando o indicador se torna a fisicidade da aglomeração humana, essa fronteira desloca-se.

Já a segunda envolvente, a *área de média densidade* ou *mancha laranja*, é onde ocorre a permanência do folião, e se revelava por uma densidade média de 1 pessoa/m², motivadas para conversar, encontrar outras pessoas, descansar, aceder a serviços e comércio, e circular dentro da área do Carnaval; com mobilidade restrita, porém campo visual livre, e foco de atenção visual disperso, porém auditivo relacionado à expectativa quando à atração musical. Daí o gestual majoritário ser a deambulação e, quando estacionados, interagindo em grupos. Nessa área não apenas o comércio pode ser instalado, como é bem-vindo que seja daquele tipo que permita e incite a permanência do folião. Da mesma maneira, é o local por excelência dos postos de serviços públicos voltados ao atendimento direto.

A terceira envolvente é agora a *área de baixa densidade* ou *mancha amarela*, com 0,2 pessoa/ m², com livre mobilidade, completamente marcado pelo acesso ao desfile, que é seu foco de atenção, e a razão do gestual predominante – a marcha a pé, só ou em grupos. Aqui caberiam as bases físicas e serviços de maior porte que não são voltadas ao folião e uma ambientação que facilitasse o deslocamento e segurança (sinalização, iluminação, etc.).

Esse indicador é até hoje usado pela Prefeitura para o cálculo de pessoas nos eventos de rua.¹⁹

6. PESSOAS EM MOVIMENTO

No Carnaval soteropolitano o componente móvel é essencial. Julgava Manoel José ser esta parte da “singularidade do Carnaval, à medida em que as questões de fluxo são mais importantes do que as atividades, ou seja, não são as atividades que determinam os fluxos, são os fluxos que determinam as atividades” (Carvalho, 1999, p.191).

O próprio circuito corresponde ao controle fino – ordem, tempo, porte, condições –, mas apenas limitado ao essencial da atração, isto é, aos trios elétricos e outras formas de deslocamento (charangas, minitrios, etc.) dentro do percurso específico do desfile. O PEC ampliou esse olhar, tratando de reconhecer e dirimir conflitos. As manchas de densidade permitem entender a sua causa e priorizar o folião, seu deslocamento e como fenômeno massivo, tanto no plano dos valores, como no fático, deste como matéria-prima do fenômeno urbano.

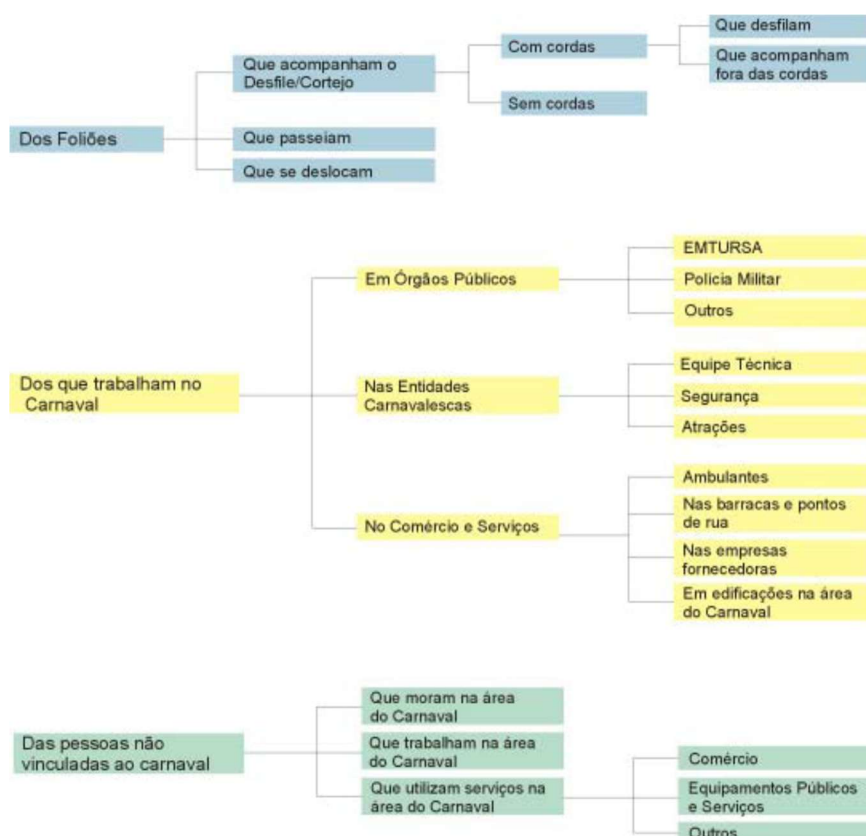
Neste caso, propunha-se uma *rede integrada de circulação de pessoas e veículos* na área do Carnaval do Centro, para brindar segurança e conforto de todos os presentes: “os que participam da festa, os que trabalham na manutenção dos serviços e da infraestrutura e os que residem na área em questão” (Carvalho, 2016b, p.90). De entrada, vemos esses três tipos de público – até porque os moradores na área correspondem à cidade cotidiana, convivendo com a cidade efêmera.

Dentro da mancha contínua do evento, temos a chegada e saída, o deslocamento entre os circuitos e a circulação interna entre as envolventes. Essas situações variam com o momento do dia, assim como as condições morfológicas do sítio. Ademais, os tipos de veículo e suas funções: além dos trios elétricos e carros de apoio, as viaturas policiais, ambulâncias, etc.

O estudo de PEC seguia o método comportamental para identificar todos os fluxos de circulação de pessoas e veículos na área estudada, caracterizando “natureza, componentes, propósitos, expectativas e comportamento, período de ocorrência, vias preferenciais, interação com o lugar, interação com outros fluxos de circulação, fatores de risco” (Carvalho, 2016b, p.91). Uma das hipóteses preliminares é que os novos fluxos eram diferentes: quanto aos horários, itinerários, intensidades e, claro está, a motivação: “A natureza lúdica

do Carnaval determina também uma motivação diferenciada naqueles que se deslocam em função da festa, ampliando os limites de tolerância para as variáveis distância e tempo” (Carvalho, 2016b, p.96).

Figura 4: Um dos quadros de tipificação dos fluxos do Carnaval.



Fonte: Estudo V..., 2001.

Por exemplo, dos usuários mais massivos do evento, os foliões, reconhecia-se três tipos de fluxo. O primeiro, diretamente ligado ao desfile/ cortejo, ou dentro das cordas, ou paralelo, em ambas as direções, podendo usar as transversais para cortar caminho. O segundo, um deambular mais livre, parte do usufruto da festa, era na mancha contínua da festa, nas grandes concentrações de pessoas e áreas de permanência. E, em terceiro lugar, aqueles fluxos direcionados a objetivos específicos, a um local ou serviço –sanitários, postos de saúde, mirantes para o desfile, entre outros (Carvalho, 2001).

De toda a forma, a circulação para o evento acaba se entroncando em alguns pontos específicos do perímetro da mancha contínua, com “um grande fluxo de chegada e saída de foliões; a presença de terminais de ônibus, pontos de parada de táxis, grandes áreas para estacionamento de veículos particulares e a proximidade de vias para os que se deslocam a pé” (Carvalho, 2016c, p.130). Estes foram denominados *portais*.

Os portais deveriam receber um tratamento próprio, com serviços de atendimento ao folião. Seria o local perfeito para informações e orientações ao cidadão, para campanhas educativas, para publicidade, entre outras coisas. O PEC propusera, sem êxito, um *receptivo*, com encenações de rua para receber a aclimatar o folião, a ser realizado por jovens de projetos culturais, servindo como oportunidade para estes atuarem.

CONCLUSÃO ou QUEM SABE ESSA PRAÇA REPLETA

O que expusemos foi apenas uma parte do trabalho do Prof. Manoel José Ferreira de Carvalho, e do Plano de Estruturação Físico-Ambiental do Carnaval de Salvador.

O planejamento na dimensão físico-espacial para nós, arquitetos, é um esforço muito grande, porque pressupõe não adotar nessa análise as mesmas matrizes, as mesmas configurações a que habitualmente nós nos reportamos, quando fazemos planejamento urbano, ou seja, o Carnaval apropria a cidade no negativo. Nós não trabalhamos no Carnaval prioritariamente as edificações, nós trabalhamos os espaços abertos. Hierarquicamente, a importância sempre é dada ao contrário, às edificações. No Carnaval, a dimensão dos espaços abertos

sobrepõe as dimensões das edificações, haja vista que ele é exatamente um elemento que apropria fundamentalmente os espaços abertos. (Carvalho, 1999, p.191).

Talvez os instrumentos desenvolvidos e adotados não sejam tão radicalmente distintos daqueles que estamos acostumados a empregar. Como dito, usamos os edifícios como metonímia das atividades humanas. Mas, no fundo, o uso do solo é a pura ação humana, apenas que protegida por uma casca mais duradoura feita de paredes.

Em um evento, a energia imobilizada nos edifícios se desloca para formas mais tênues. Para estruturas leves, de aço tubular e compensado. Para o manuseio mais direto de energia, com amplificação de som, iluminação artificial, climatização mecânica de ambientes temporários. Para a indicação dos novos fluxos e territórios com elementos esparsos, beirando o simbólico – cones, barricadas leves, faixas zebradas – que talvez recuperem a pura dimensão semiótica do espaço vivido, tal como apontado por Hall, mas também por Amos Rapoport (1983). E para o apelo da própria carne, que chega a formar paredes, de propriedades mutáveis de acordo com lugar e momento. O caso mais evidente no Carnaval soteropolitano é o das cordas dos trios, o limite que se estabelece, com sua porosidade instável, e que não se sustenta sozinho: depende de braços em esforço constante.

O evento desloca o gradiente para essas modalidades mais fugazes. O estudo dele, como no caso do PEC e Carnaval de Salvador, força a ajustar os métodos para retornar ao fundamento da Arquitetura e do Urbanismo, que residiria na maneira dos seres humanos se apropriarem do espaço e dos pactos territoriais que realizam quando se reúnem.

O estudo do Carnaval, mais do que tudo, nos força a lembrar que a cidade é feita de gente.

REFERÊNCIAS

- BARKER, Roger G. **Ecological Psychology** – concepts and methods for studying the environment of human behavior. California, Stanford: Stanford University Press, 1968.
- CAMPOS, Márcio Correia. De muquiranas, piratas e marinheiros a gays: o espaço homossexual dentro do carnaval de Salvador nos últimos 25 anos In: **Anais do SILACC 2010**: Simpósio Ibero-Americano Cidade e Cultura: novas espacialidades e novas territorialidades urbanas (CD-ROM). São Carlos: Universidade de São Paulo, 2010.
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de. O PEC no Carnaval 2001 – Relatório. In: **PEC - Plano de Estruturação Físico-ambiental do Carnaval de Salvador**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador/ EMTURSA, 2001c.
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de. A construção ritual dos espaços de salvador. In: LIMA, Paulo Costa *et al.* **Quem Faz Salvador?** Salvador: Universidade Federal da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, 2002, 348p.
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de. Cidade carnaval cidade. In: **Seminários de Carnaval II**. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 1999.
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de. Configuração físico-territorial do carnaval de Salvador. In: SANTANA NETO, Edvard Passos de (org.). **A Cidade Efêmera do Carnaval**. Salvador: EDUFBA, 2016a.
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de. Um Plano para a Cidade Efêmera. In: SANTANA NETO, Edvard Passos de (org.). **A Cidade Efêmera do Carnaval**. Salvador: EDUFBA, 2016b. [Publicado originalmente em junho de 2000].
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de. **Plano de Estruturação Físico-Ambiental do Carnaval de Salvador – Termos de Referência**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador/ EMTURSA, 2000.
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de. Propostas. In: SANTANA NETO, Edvard Passos de (org.). **A Cidade Efêmera do Carnaval**. Salvador: EDUFBA, 2016c.
- CARVALHO, Manoel José Ferreira de; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; GALINDO, Ernesto. Megaeventos de Rua: A Contribuição Teórica e Metodológica do Plano de Estruturação Físico-Ambiental do Carnaval de Salvador (PEC) para o Planejamento dos Eventos e das Cidades. In: **Anais do Pluris 2012** - Planejamento Urbano e Regional, Integrado e Sustentável, 2012. Brasília., 2012.
- ESTUDO 09 – Territórios Tipo. PEC – Plano de Estruturação Físico-ambiental do Carnaval de Salvador. Salvador: UFBA/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2000.
- ESTUDO V – Acessibilidade e Circulação Durante o Carnaval. PEC – Plano de Estruturação Físico-ambiental do Carnaval de Salvador. Salvador: UFBA/ Prefeitura Municipal de Salvador. 2001.
- ESTUDO VI – A Ambientação da Cidade Durante o Carnaval. PEC – Plano de Estruturação Físico-ambiental do Carnaval de Salvador. Salvador: UFBA/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2001.
- GÓES, Fred. **50 Anos de Trio Elétrico**. Salvador: Corrupio, 2000.

- HALL, Edward T. **A Dimensão Oculta**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- LIRA, Ana Carla Côrtes de. Cidades Efêmeras – Proposta de enfoque urbanístico no estudo da relação de Megaeventos de Rua com os espaços públicos. Estudo de caso da Festa de Nossa Senhora da Purificação, Santo Amaro – BA. In: **Anais do CorpoCidade – Debates em estética urbana 1**. PPGAU/UFBA, Salvador.
- PAIVA, Ricardo Alexandre (org.). **Megaeventos e Intervenções Urbanas**. Barueri, SP: Manole, 2017.
- PAZ, Daniel J. Mellado. A Forma do Temporário: aspectos metodológicos do estudo dos grandes eventos de rua. In: **Anais do III Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, CD-ROM, ISSN 2358-6214/ ISBN 978-85-67981-02-4. São Paulo, 2014.
- PAZ, Daniel J. Mellado. As Várias Escalas do Evento de Rua. In: PAIVA, Ricardo Alexandre (org.). **Megaeventos e Intervenções Urbanas**. Barueri, SP: Manole, 2017.
- RAPOPORT, Amos. **The Meaning of the Built Environment: a nonverbal communication approach**. London/ New Delhi: Sage Publications, 1983.
- RIOS, Mariana França; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz. Elementos para Análise do Fluxo de Pedestres em Mega-Eventos de Rua. In: **Anais do 3º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**, 2008, Santos.
- SANTANA NETO, Edvard Passos de (org.). **A Cidade Efêmera do Carnaval**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- SANTANA NETO, Edvard Passos de. **Soteropoética: matriz do teatro carnaval de Salvador**. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas (PPGAC) – UFBA. Salvador, 2024.
- SOMMER, Robert. **Personal space: the behavior basis of design**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1969.
- VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. A Diversidade no Carnaval de Salvador – as manifestações afro-brasileiras (1876-1930). In: **Proj. História**, São Paulo (14), fev. 1997, pp.217-230.

NOTAS

- ¹ A EMTURSA é a atual SALTUR – Empresa Salvador Turismo.
- ² Os dados da gênese do PEC vêm do depoimento de Merina Aragão, arquiteta da SALTUR (Santana Neto, 2016).
- ³ E mais e mais da Extensão, e de formatos diferentes, mais imersivos de ensino. Nos seus últimos anos de vida, confessava estar desacreditando do ensino de sala de aula, apostando em outros perfis de atividade, como aquelas que promoveu quando Pró-Reitor, como as ACC – Atividades Curriculares em Comunidade, ou as do Prêmio Liceu de Design, parceria entre a UFBA e o Liceu de Artes e Ofícios, iniciativa que durou de 1996 a 2005, com cinco edições.
- ⁴ Em 1993, a Rede Bandeirantes começou a exibir o Carnaval de Salvador dentro do “Carnaval Band Brasil”. Após certo interregno, retornou em 1999, com o “Band Folia”, e em 2000 passou a transmitir a passagem dos trios elétricos, assim como transmitia o Carnaval de outras partes do país.
- ⁵ Como anedota, dizia Manoel José que os setores da Prefeitura tendiam a espelhar o público com quem lidavam no dia a dia. Assim, o setor responsável pelo licenciamento dos vendedores ambulantes acabava incorporando ou repetindo a informalidade dos mesmos nos seus procedimentos internos.
- ⁶ Jane Jacobs (*Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003) não era mencionada, nem o termo. Mas a similaridade – ou melhor, a genuína homologia – é evidente.
- ⁷ Costumava citar um exemplo de sua experiência profissional: de um projeto de praça para uma prefeitura do interior da Bahia onde convenceria o prefeito a primeiro colocar grama. Passado o tempo, com a marcação dos caminhos dos pedestres, partiu para o desenho final, com uma pavimentação mais consistente.
- ⁸ Entendia que as cidades brasileiras deveriam assumir os eventos como parte de sua cultura e economia, tratando que não canibalizassem o espaço público, a cultura popular e a vida urbana cotidiana. Afinal, Salzburg não se vexava de “viver de Mozart”, como repetia. Mal poderia imaginar que atualmente Salzburg vive menos de Mozart e mais d’*A Noviça Rebelde (The Sound of Music)*, produção americana de 1965 meramente ambientada na cidade...
- ⁹ No livro organizado por Ricardo Alexandre Paiva (2017) sobre os megaeventos, escrito no calor desses eventos esportivos, apenas um capítulo lidava com os megaeventos de rua.
- ¹⁰ Parte do orgulho pernambucano pelo Galo da Madrugada, apregoado como “maior bloco do mundo”, surge da confusão entre desfile e cortejo. O que habitualmente chama-se “bloco” são agremiações que circulam em desfile; enquanto o Galo é claramente um cortejo, onde qualquer folião presente soma-se ao conjunto.
- ¹¹ Há uma série de instrumentos e categorias relacionadas a esse estudo da relação profunda entre a atividade humana do Carnaval e a base física da cidade, que poderão ser apenas esboçados aqui, merecendo uma exposição mais sistemática e profunda em outro momento.
- ¹² Esta observação é importante. Nossos estudos, ainda não publicados, sobre a atual Lavagem do Bonfim mostram algo análogo: ao longo de todo o percurso há concentrações de foliões que jamais avançam para o Bonfim: estacionam e brincam ali mesmo. Seja em praças claramente desenhadas assim, como a Praça Visconde de Cairu e o Largo da Calçada, ou onde as condições ambientes estimulam, como sob a pista elevada da R. Júlio Paixão.
- ¹³ Além das afinidades conceituais, a hipótese é corroborada pelos testemunhos. Manoel José gostava de falar de Hall e Sommer para os estudantes, e em alguma ocasião mencionou a obra de Barker.
- ¹⁴ Aqui cabe anotar a reação, quase como um arco reflexo, à palavra “comportamento”, entendida como um behaviorismo chão, à la B.P. Skinner. Não é o caso aqui.

¹⁵ Apesar da autoria não estar oficialmente creditada a Manoel José Ferreira de Carvalho – seu nome constava como Consultor Geral, e aparecia lado a lado com o de Merina Aragão, da EMTURSA – é sabido por quem trabalhou no processo que era de sua lavra tais textos.

¹⁶ Isto não é uma coisa menor. Os números extravagantes estabelecidos pelas autoridades públicas e forças políticas para seus eventos é altamente inverossímil, se calculada a densidade da área livre por esse contingente “estipulado”. A Prefeitura de Salvador acostumou-se a publicar a cifra de 1 milhão de pessoas nas festas de Final de Ano em torno do Farol da Barra – o que seria algo como 1/3 da população de toda a região metropolitana. Ernesto Galindo resolveu fazer as contas: desconsiderando obstáculos vários (desníveis, árvores, barracas, entre outros), e tomando como teto a densidade de 12 pessoas/ m² - o que seria inviável, já que ninguém poderia sequer se deslocar – encontrou algo como 80.000 pessoas... Se a densidade caísse para as ainda impressionantes 6 pessoas/ m², teríamos metade... Daí se tira a disparidade entre os números alardeados e a realidade, mesmo em seus extremos mais insólitos. E isso vindo de órgãos de mídia com prestígio e do Poder Público.

¹⁷ Uma versão temporária dos SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão, que havia então e até hoje existem.

¹⁸ Os eventos de rua muitas vezes possuem um perímetro mutável, ao longo do dia e dos dias em que se desenvolve. Mesmo em termos operacionais, de controle de tráfego, que se ajusta no correr do tempo. Para termos de planejamento do Poder Público, não importa tanto a pulsação, mas seu limite máximo, aquilo que em outro momento denominamos *perímetro real do evento* (Paz, 2014).

¹⁹ Depoimento de Merina Aragão (Santana Neto, 2016).

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do autor.